



que também são gérmen de propostas de luta e resistência por outros modelos de produção e consumo mais respeitosos com a vida.

### CONSTRUINDO CAMINHOS PARA a JUSTIÇA ECONÔMICA, SOCIAL e AMBIENTAL

Na Agroecologia se preservam e garantem os direitos humanos, se fortalecem os investimentos públicos e locais. Os direitos de propriedade coletivos e os bens comuns estão acima dos direitos privados e individuais. O acesso a terras está baseado em princípio como a reforma agrária e a distribuição equitativa da terra e dos recursos que existem nela. Uma distribuição que, além do mais, leva em consideração a preservação da natureza para as gerações futuras e para dar conta dos desafios que as mudanças climáticas estão impondo. Em termos de Justiça Econômica se propõe a redistribuição dos recursos e da riqueza, investimentos públicos responsáveis com a terra e os bens comuns. Do ponto de vista da Justiça Ambiental se leva em consideração o cuidado com o meio ambiente, assim como a recomposição do equilíbrio da natureza e da relação das pessoas com a natureza. Na Justiça Social se promove a igualdade nas relações sociais produtivas e reprodutivas.

### A MUDANÇA JÁ ESTÁ ACONTECENDO: EXPERIÊNCIAS CAMPONESAS QUE PÕEM a VIDA NO CENTRO

A Agroecologia constrói caminhos para a autonomia do campesinato e o autogoverno para as comunidades. Os trabalhadores e trabalhadoras são vistos como pessoas, não só como partes da cadeia produtiva. O conhecimento, saberes locais e os bens comuns são vistos como sagrados, as sementes contém vida que deve ser protegida e multiplicada, os alimentos são um direito em si mesmo, não somente para seu acesso mas para a existência de condições para produzi-los em soberania e liberdade.



### PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS MENCIONADAS:

**Movimento de Vítimas e Afetados e Afetadas pelas Mudanças Climáticas e Corporações (MOVIAC)** <http://moviaces.blogspot.mx/>  
**Rede Nacional de Sementes Nativas e Crioulas** [redsemillascriollas@gmail.com](mailto:redsemillascriollas@gmail.com)  
**Tribunal Internacional Monsanto** [www.monsanto-tribunal.org](http://www.monsanto-tribunal.org)

### Publicação Elaborada POR:



**Amigos de la Tierra América Latina y el Caribe**

Com o apoio de:  
Amigos da Terra Internacional  
[www.foei.org](http://www.foei.org)

## INVESTIMENTOS e LIBERALISMO a SERVIÇO do AGRONEGÓCIO

### RESPOSTAS da AGROECOLOGIA PARA SAIR da ENCRUZILHADA



### O DISCURSO NEOLIBERAL e SEU ANDAIME

O mantra neoliberal imperante assegura que o livre comércio e a abertura a investimentos estrangeiros são elementos imprescindíveis para promover crescimento e desenvolvimento. Sem questionar as condições desiguais de partida ou as assimetrias nos processos de negociação, se oferece uma grande variedade de instrumentos a serviço do liberalismo do comércio e dos investimentos. Tudo isso sob a ameaça de que quem não apostar na promoção e proteção dos investimentos estrangeiros ficará excluído da eterna promessa de “desenvolvimento”, infraestrutura e comércio a nível internacional e regional.

### A ERA da NEGOCIAÇÃO bilATERAL e MULTILATERAL

A paralisação da Organização Mundial do Comércio como espaço de negociação aumentou o interesse dos chamados “países desenvolvidos” por outras vias mais rápidas e atrativas para seus interesses baseadas na negociação bilateral e/ou multilateral. A proliferação de Tratados Bilaterais de Investimentos (mais de 3.260 até 2014), as atuais negociações em torno de acordos megarregionais como o TPP e o TTIP, as políticas de alívio da dívida ou a ajuda financeira e ao desenvolvimento condicionadas à aplicação de reformas estruturais são só alguns exemplos desta diversidade de mecanismos que buscam aprofundar o processo liberal.

### O agrONEGÓCIO Não fica de FORA

A abertura e proteção aos investimentos de capital estrangeiro funcionam como uma pista de aterragem perfeita para que o agronegócio (igual às transnacionais de outros setores) implemente suas estratégias, abrindo mercados e melhorando seus benefícios. Facilitar a entrada a países com vantagens competitivas na área agro-pecuária, supõe uma oportunidade para que o agronegócio possa acessar terras férteis em abundância e mão de obra barata, ao mesmo tempo que promove seus pacotes tecnológicos associados ao alto uso de insumos externos como fertilizantes, pesticidas e demais agrotóxicos. Se o processo de liberalismo de investimentos mencionados se completa com a agres-





siva proteção aos direitos de propriedade intelectual incluída em vários Tratados de Livre Comércio, as possibilidades de geração de lucro das multinacionais vinculadas a patentes de transgênicos e seu pacote tecnológico associado se multiplicam enquanto a soberania do campesinato e o direito a uma alimentação saudável é marginalizada.

## NEGANDO A EVIDÊNCIA

Após décadas de aplicação de receitas neoliberais, muitos dos benefícios prometidos não se dão de forma tão direta. Nem o aumento no fluxo de capitais, nem a geração de emprego, nem o aumento de salários ou a transferência de tecnologia são qualidades intrínsecas da liberação de investimentos estrangeiros. Para que o investimento estrangeiro produza benefícios em um sentido amplo no país anfitrião, o papel do Estado e de políticas públicas que assegurem a soberania dos países são elementos fundamentais. No entanto, as cláusulas que o livre comércio impõe acabam limitando a capacidade de ação dos Estados. O caso mais paradigmático são os tribunais como o CIADI (Centro Internacional de Acerto de Diferenças relativas a Investimentos) para a resolução de controvérsias: regulamentos que não estão submetidos ao escrutínio público nem são judicialmente independentes. Esta “parajustiza” é uma mostra do esvaziamento de poder dos Estados a favor de uma engenharia jurídica levantada para defender os interesses das transnacionais e seus investimentos. Frente a essa situação, desde a sociedade civil se geram iniciativas como o Tribunal Permanente dos Povos, com a sistematização e denúncia de casos de violações de direitos humanos e crimes ambientais relacionados a transnacionais do agronegócio. O Tribunal Monsanto e outras experiências judiciais de litígio têm sido estratégicas em resposta ao poder corporativo e o modelo de agricultura industrial.

## IMPACTOS SOBRE OS SISTEMAS ALIMENTARES LOCAIS

A redução das tarifas impostas por regimes neoliberais facilita a entrada massiva de alimentos estrangeiros mais baratos nos mercados locais. Além de ser um choque duro para a viabilidade da produção local, este fenômeno também incide nas variedades das dietas tradicionais, na perda da biodiversidade e dos conhecimentos locais, bem como no empobrecimento e desaparecimento de unidades produtivas camponesa. Por outro lado, a divisão internacional do trabalho, especialmente acentuada no caso da agricultura, dificulta que os países do Sul possam sair de seu papel como fornecedores de matérias-primas e alimentos que podem oferecer maior valor agregado. A cadeia de valor associada à soja, exportada da América do Sul para países como China, mostra como os links que geram menos renda e maior concentração de riqueza estão ligados ao cultivo deste grão.

## O Alibi dos “FALSOS PROBLEMAS”

Sob a premissa de que o crescimento demográfico traria fome e falta de alimentos, o livro de receitas neoliberal se apressou em apresentar a promoção de investimentos e a livre entrada de capitais como as soluções perfeitas para executar a necessária modernização da agricultura. Gerou-se assim o discurso

que legitimou a entrada das transnacionais do agronegócio em toda a cadeia agroalimentar. E dos “falsos problemas” se chegou as verdadeiras crises alimentares. Quando se deixa a alimentação nas mãos de um modelo agro-industrial, que prioriza o lucro sobre qualquer outra consideração, a subida do preço dos alimentos ou a acumulação de terras são somente outras ligações de uma estratégia de acumulação de poder que mina o legítimo direito dos povos à Soberania Alimentar.

## AGROECOLOGIA: RESISTÊNCIA E MODO DE VIDA

A Agroecologia é a forma ancestral em que o campesinato ensina a existir e resistir. É entendida e vivida por bilhões de pessoas como forma de garantir soberania a quem vive da terra com a natureza. É política porque resiste a acumulação de terras imposta pelo agronegócio, incentivado por um estado capturado pelas grandes corporações. As práticas agroecológicas estão baseadas em saberes ancestrais transmitidos através de gerações, com o uso de fertilizantes naturais e mão de obra familiar. Garantir as sementes preservadas por mais de 10 mil anos pelos camponeses é imprescindível para a soberania alimentar. No Uruguai, a Rede Nacional de Sementes Nativas e Crioulas nasceu em 2002 e promove o resgate, a produção, o intercâmbio e a revalorização de variedades crioulas. Atualmente está composta por mais de 100 cultivos de sementes e se distribuirão mais de 200 variedades de espécies que servem aos mercados locais e ao autoconsumo.

## O PEQUENO CAMPESINATO JÁ CAMINHA RUMO AO IDEAL AGROECOLÓGICO: RESPOSTAS COLETIVAS FRENTE A DESAPROPRIAÇÃO

Os sujeitos políticos da Agroecologia são responsáveis pela alimentação de pessoas que vivem no território. As/os Produtoras/es de pequena escala e familiares, as/os camponesas/os, indígenas, pastoras e criadoras/es de gado que produzem alimento com respeito à natureza são responsáveis pela metade dos alimentos demandados no mundo, garantindo a soberania alimentar e todas as suas reivindicações.

## SOBERANIA ALIMENTAR: VERDADEIRAS SOLUÇÕES FRENTE A FOME, POBREZA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A agroecologia propõe soluções não só nos modos de produção, mas também apresenta novas formas de consumo de alimentos. O movimento de Vítimas e Afetados e Afetadas pelas Mudanças Climáticas e Corporações (MOVIAC) é uma rede de organizações centro-americanas que serve para ilustrar como os povos e o campesinato não só são os mais prejudicados pelos impactos da crise climática, mas

